

27 de Maio de 2022

BOLETIM 23 (ANTI)SEGURANÇA

A guerra começou, onde está a guerra?
Sobre a atual distribuição planetária da violência a partir da
intervenção russa na Ucrânia

**BOLETIM (ANTI)SEGURANÇA N. 23**

Este Boletim é um projeto de pesquisa e extensão do Departamento de Relações Internacionais da EPPEN-UNIFESP Osasco

Coordenação: Acácio Augusto, professor do Departamento de Relações Internacionais da EPPEN-UNIFESP)

Vice-coordenação: Fabíola Fanti

Pesquisa e Redação: Acácio Augusto, Ana Beatriz Luz, Augusto Gottberg, Bruna Ghirardello, Fabíola Fanti, Gabriela de Biaggi, Helena Wilke, Ivo Ferreira, João Paulo Gusmão, Júlia Tibiriçá, Mariana Janot, Matheus Marestoni, Milena Cunha, Pedro Lázaro, Thaiane Mendonça e Yasmin Teixeira

Edição e Formatação: João Paulo Gusmão e Júlia Tibiriçá

Capa: Júlia Tibiriçá



EPPEN UNIFESP Osasco
Rua Oleska Winogradow, nº 100 – Sala 313 – Jd. das Flores -Osasco – SP
CEP: 06110-295
Telefone: (11) 2284-6900

A guerra começou, onde está a guerra? Sobre a atual distribuição planetária da violência a partir da intervenção russa na Ucrânia

Em 28 de abril de 1967, Muhammad Ali, então com 25 anos e atual campeão mundial dos pesos pesados, principal categoria do Boxe, se recusou a dar um passo à frente após ter seu “nome de escravo” (Cassius Clay) chamado por três vezes por um oficial do exército dos EUA para servir como soldado estadunidense na Guerra do Vietnã (1955-1975). O pugilista e estrela do *Watts Summer Festival* daquele ano declarou: “por que eles deveriam me pedir para colocar um uniforme, ir a dez mil milhas de casa e atirar bombas e balas nas pessoas marrons no Vietnã enquanto as pessoas chamadas de *nigger* em Louisville são tratadas como cachorros e negadas de direitos humanos básicos?”. Em meio aos desdobramentos da corajosa atitude de Ali, um repórter, tentando mostrar que o pugilista não sabia nada sobre a guerra e que, portanto, tinha tomado uma “decisão desinformada”, perguntou se ele sabe onde fica o Vietnã. Ali responde: “Eu sei, fica na televisão”¹.

Na verdade, apesar dos vinte anos de “conflito”, os EUA nunca declararam oficialmente guerra ao Vietnã. Como se sabe, tratou-se de uma operação militar que ocorreu,

como muitas naquele momento, nas bordas do conflito central chamado de Guerra Fria que opunha EUA e URSS. As duas potências viviam numa oposição de mútua afirmação para alimentação de seus complexos industriais militares e, em meio a uma corrida nuclear de virtual destruição do planeta, exportavam guerras e ditaduras para a chamada periferia do sistema internacional. Para o pensamento de Estado, tudo derivava das duas hidras capitalistas-militares-tecnológicas que se afirmavam mutuamente em sua oposição e corrida nuclear espacial.

No entanto, podemos encontrar na atitude de recusa antimilitarista de Ali elementos muito mais precisos sobre como se daria, dali em diante, a distribuição da violência no planeta. Algo que seria desbloqueado de vez com o fim da cena global bipolar e de garantia de mútua destruição chamada de Guerra Fria: uma guerra longe para alimentar e mascarar uma guerra próxima; seu caráter midiático; qual mercado esse lote de mortes em massa movia e os Estados não mais “atores principais” dos conflitos, mas vetores de interesses políticos e econômicos definitivamente (a partir da década de 1990) transterritorializados. Antes

¹ David Remnick. *O rei do mundo*. Tradução Celso Nogueira. São Paulo: Cia da Letras, 2011.

dos compêndios acadêmicos-militares, a recusa de Ali anunciava o que chamamos de “novas guerras”.

Na área das Relações Internacionais é comum buscar registros de eventos na história que sejam palco de grandes mudanças, ou apresentação de novos tempos, novos regimes, ou novas ordens internacionais – a que nomeie isso de “meta-eventos”. No campo específico da (in)segurança, estes eventos costumam ser guerras, invasões, campanhas e operações que indiquem algum tipo de mudança na organização da violência, normalmente identificada por um novo método de atuação, novas tecnologias empregadas e novos atores envolvidos – sempre de uma perspectiva de quem produz o conhecimento na área. Foram os exércitos de massas das guerras napoleônicas, a formação profissional do exército prussiano, o fenômeno da conscrição, as guerras totais, a guerra pelo ar, as tecnologias nucleares, Vietnã, as dissoluções do bloco Soviético, as novas formas de agir das Nações Unidas. Uma longa, mas recente, história das capturas das máquinas de guerra pelo aparelho de Estado em seus fluxos definitivamente globais e de contínua desterritorialização.

No tempo acelerado do século XXI, há um acúmulo de eventos, locais e globais, que se sobrepõem em seu caleidoscópio de crises, já que estamos no tempo no qual a crise é modo de governo. O mais recente a ocupar o protagonismo nas análises e debates

internacionais foi a [invasão da Rússia na Ucrânia](#)², em fevereiro de 2022. Muito se comentou sobre o fato de ser um evento inesperado e impensável, apesar de já haver muita tensão e antecipação na região, ao menos desde a [crise na Criméia em 2014](#). À época, a deposição do ex-presidente ucraniano pró-Rússia em meio a protestos se seguiu de uma movimentação política na península que desembocou na separação da Criméia do território ucraniano, e um referendo expressando a vontade de unir-se à Rússia, sem que houvesse maiores operações militares – por isso, deste imbróglio surge o complicado debate sobre Guerras Híbridas de Korybko (2015). Estas ficaram relativamente restritas à região de Donbas, fronteira com a Rússia, onde forças de segurança ucranianas de diferentes origens, inclusive de identificação neonazista, enfrentavam a presença militar russa entre investidas e cessar-fogos. Assim, a grande surpresa que levou muitos a falarem da emergência de uma “nova ordem mundial” foi a decisão russa de transformar estas eclosões em uma operação militar especial de grande porte, o que muitos não esperavam testemunhar em um “[país relativamente estável, relativamente europeu](#)”³.

Na prática, operações militares do tipo intervenções não fogem do ordenamento atual,

² [O início da invasão da Ucrânia pela Rússia em 12 imagens](#). BBC Brasil. 24/02/22.

³ [‘Double standards’: Western coverage of Ukraine war criticise](#). Al Jazeera, 27/02/22

pelo contrário, são a prática mais comum entre forças de segurança⁴ desde o início do século. Inclusive, um dos grandes e inescapáveis eventos na área da segurança ocorre no ano de 2001, marcado pelos ataques do 11 de Setembro e a subsequente invasão ao Afeganistão, cuja ocupação foi oficialmente finalizada no ano passado (2021). Ainda que dinâmicas transnacionais de ataques terroristas e políticas de contraterrorismo já se construíssem como parte da pauta global desde a década de 1980, é a partir de 2001 que seu alcance se globaliza e as campanhas da Guerra ao Terror abrem as cortinas deste novo século marcado pela vigilância, militarismo e policialismo.

Em 2002, na América Latina, teve início a sobreposição das agendas de contraterrorismo e contra-narcóticos com a implementação do Plano Colômbia sob o Governo Uribe, e a região como um todo se viu atravessada pelo conceito de Segurança Multidimensional, reaquecendo seus respectivos protagonismos militares, os quais mal haviam esfriado, em novas roupagens. Em 2003, os EUA invadiram o Iraque sem o consentimento das Nações Unidas, porém, rapidamente, a organização elaborou uma missão política para atuar no conflito, *pari passu* às múltiplas missões ao redor do mundo

para a estabilização de regiões consideradas “instáveis”, principalmente no continente africano – República Centro Africana (RCA), República Democrática do Congo (RDC), Mali, Sudão do Sul, Timor Leste – e o Haiti. Em dez anos, o [número de militares e policiais](#) atuando nestas operações alcançou a média de 100 mil, se mantendo em 80 mil até 2020. Nestas operações, nas quais vigora uma postura pacificadora que resgata os principais elementos de contra-insurgência, é interessante observar que a esmagadora maioria destes militares e policiais envolvidos no terreno são oriundos de países também considerados instáveis ou “em desenvolvimento”, como o Brasil.

Em contrapartida, as forças armadas e policiais dos países considerados de centro atuam como formuladoras de doutrinas, instituindo centros de treinamento, exportando e difundindo tecnologias, e, em alguns casos, atuando diretamente como política estatal ou parte de coalizões, como a França na RCA, Mali e Níger, os EUA e a OTAN no Iraque (2003-2018), Afeganistão (2001-2020), Kosovo (1999-atual). Outras situações que marcaram estas últimas décadas foram os conflitos na ocupação israelense na Palestina, o conflito na Síria (2011-atual), e a própria crise na Criméia (2014).

Observamos, então, duas décadas de exercício da força em suas várias manifestações, as quais se buscou conceituar de diferentes formas: conflitos assimétricos,

⁴ Ver: Balzacq, T, Basara, T, Bigo, D, Guittet, E-P & Olsson, C 2010, [Security Practices](#). in RA Denmark (ed.), *International Studies Encyclopedia Online*. Blackwell, pp. 1 - 30

guerras de quarta geração, guerras de baixa intensidade, intervenções humanitárias, construção e manutenção da paz, estados de violência, entre outros, e, tanto a literatura, quanto os profissionais envolvidos nestes conflitos, continuam disputando os conceitos em extensos debates. Um dos principais divisores teóricos é a caracterização da guerra.

Por ora, talvez a caracterização de Alliez e Lazaratto⁵ funcione como um bom recurso expositivo. Podemos pensar em dois registros de guerra quando perpetrada pelo Estado. Um registro que se tornou conhecido como guerra clássica, ou guerra convencional, do tipo industrial: o choque industrial-militar entre Estados, marcante no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Outro registro acompanha a própria formação estatal, que é o da guerra contra as pessoas: o exercício da violência organizada para caçar as bruxas, os improdutivos, os escravizados e, com isso, perpetrar missões civilizatórias, combater a insurgência, o crime organizado, os manifestantes e os delinquentes, os terroristas e assim por diante.

Desde a nuclearização das grandes potências, criou-se uma expectativa de que este último registro seria o mais comum, porém reservado às zonas instáveis das periferias globais em suas manifestações mais belicosas, e que a guerra industrial não ocorreria mais, muito menos envolvendo

⁵ ver: Alliez, E.; Lazaratto, M. 2021. *Guerras e Capital*. São Paulo: Ubu Editora

Estados de capacidade nuclear. Contudo, o registro industrial não se extinguiu, se preservou e se transformou nos complexos industriais-militares, *think tanks* e conglomerados dedicados a pensar a dissuasão nuclear e/ou novos artefatos tecnológicos para alimentar todo o maquinário securitário estatal em ritmo acelerado. É isto que mostra a violência das tecnologias de monitoramento e vigilância expressas ao redor do globo em todos os eventos mencionados, sobre as quais tratamos nos [Boletins \(Anti\)Segurança](#).

Voltando à situação na Ucrânia, a mídia não demora em falar diretamente em uma guerra, enquanto Putin diz se tratar de uma “operação militar especial”. Na prática, operações militares especiais são intervenções que se inserem na máquina de guerra estatal, porém seu registro é mais próximo de uma guerra contra as pessoas do que o registro clássico. Contudo, enquanto a guerra industrial pressupunha o choque de vontades entre duas forças relativamente simétricas, as intervenções – que vigoraram nestes últimos vinte anos – são assimétricas por definição: são a máquina do Estado contra as pessoas operando em uma zona crepuscular⁶.

⁶ ver: Olsson, Christian. *Military interventions and the concept of the political: Bringing the political back into the interactions between external forces and local societies*. In: BIGO, Didier.; TSOUKALA, Anastasia. *Terror, Insecurity and Liberty Illiberal practices of liberal regimes after 9/11*. New York: Routledge, 2008

Intervenções são feitas em nome do combate a ameaças amorfas – crime, terrorismo, radicalização, pirataria – nas quais impera a potencialidade de sua manifestação, simultaneamente inscrevendo todos os indivíduos na categoria de inimigos, pois todos são potenciais perpetradores da ameaça em questão, negando sua “legitimidade” ao combate. O sistema território-população sobre o qual se intervém é um espaço de controle por parte do interventor, no qual se explora recursos humanos e materiais, experimenta-se táticas militares e policiais que podem ser reaproveitadas em outros contextos, bem como artefatos tecnológicos da indústria de segurança (Graham, 2010). Assim como as guerras clássicas garantiam a saúde do Estado (Bourne, 2019), intervenções contemporâneas mantêm aquecido o exercício da violência estatal com ainda mais organizações armadas, o mercado, e as práticas de controle social.

Nesse sentido, a profusão de intervenções e criminalizações planetárias produz, reproduz e (re)distribui profissionais da violência que são primeiramente formados como burocratas armados de seus respectivos Estados. Como acontece em outras áreas, os Estados investem e formam um capital humano que depois gera lucratividades para empresas legais e ilegais da violência, uma vez que a guerra e a distribuição das mortes em massa não é mais um instrumento da política ou de interesses econômicos nacionais, mas um negócio próprio do

mercado planetário da segurança e suas formas mafiosas descentralizadas e em fluxo. Como mostra Sean McFate, professor de estratégia militar na Georgetown University e National Defense University que pesquisa redes de **novos mercenários**, [“as maiores redes são de ex-militares dos Estados Unidos e Reino Unido, muito utilizados nas guerras do Iraque e Afeganistão. Em seguida estão as ex-repúblicas soviéticas e as forças especiais da América Latina. Mas os valores dos primeiros, e principalmente, a mudança na maneira de se fazer guerra, tornou os latinos mais atrativos nos últimos anos”](#)⁷. A plasticidade do mercado se sobrepõe ao cardápio midiático-opinativo de ideologias e supostos “interesses nacionais”.

Por que se fala, então, de mudanças na ordem mundial? Em agosto de 2021, perto de completarem vinte anos da invasão no Afeganistão, os Estados Unidos retiraram suas tropas e muitos se perguntaram se a Guerra ao Terror havia terminado, qual seria a significância deste evento para a segurança internacional e a polaridade do sistema internacional. No entanto, é a invasão da Rússia à Ucrânia que estaria indicando um novo rearranjo de poder entre as grandes potências, pois se rompeu, explicitamente,

⁷ [Baratos e experientes em guerrilha, mercenários latino-americanos se tornam atrativos em guerras](#), Estadão, 22/05/2022

com a premissa da inviolabilidade das fronteiras de Estados soberanos⁸.

Sem incorrer na comparação de tragédias, a invasão da Ucrânia é, de fato, vista de maneira distinta por a) estar no centro do continente europeu e b) envolver a Rússia, que é considerada uma antagonista entre as grandes potências ocidentais. Todas as invasões e intervenções nos países periféricos que preencheram estas duas últimas décadas fariam parte do que se espera no *status quo* atual. A Ucrânia, não. Ainda que dentro da política europeia o país seja visto como menos desenvolvido, trata-se de um país majoritariamente branco, e no fundo destas expectativas sobre quais territórios são violáveis ou não, há produções coloniais de [linha de cor e o racismo](#)⁹. É o que mostram as [diversas falas](#)¹⁰ de repórteres e políticos afirmando que não se espera que algo desse tipo aconteça em um país onde há “crianças brancas, de olhos azuis”. E, [talvez ainda mais importante](#)¹¹ para o sistema internacional, seja o fato de que a Rússia se reapresenta como

⁸ Premissa que até expoentes conservadores da política internacional estadunidense, como Stephen Krasner, já admitiram ser uma hipocrisia organizada que beneficia os países de centro.

⁹ [A Crise de Refugiados Ucrânicos: um retrato da linha de cor na comoção internacional](#). ERIS, 22/04/22

¹⁰ ['Double standards': Western coverage of Ukraine war criticise](#). Al Jazeera, 27/02/22

¹¹ [A invasão russa na Ucrânia: Razões, tempo e espaço - Parte 2](#). ERIS, 31/03/22

potência militar, reacendendo tensões quanto às capacidade nucleares, mísseis e armamentos de grande porte.

Entretanto, se este rearranjo ocorre de fato ou não, o mais importante que retiramos de mais uma catástrofe no âmbito securitário é que o modo de organização assimétrico da violência permanece, e nós somos os alvos. Nesse sentido, a recusa da guerra em nada se assemelha ao humanitarismo piegas que ostenta bandeirinhas em redes sociais digitais e nem ao suposto realismo racionalista que avalia qual seria o melhor tirano ou senhor da guerra para o planeta. A recusa da guerra, como a atitude antimilitarista de Ali, é uma pergunta sobre qual é a guerra a se travar, como uma máquina guerra nômade que reitera sua exterioridade ao aparelho de Estado, pois como afirmaram certa vez Gilles Deleuze e Felix Guattari em seu tratado de nomadologia, “o Estado é o desejo que passa da cabeça do déspota ao coração dos súditos, e da lei intelectual a todo o sistema físico que dela se desprende ou se liberta”¹². Por isso, para os que carregam o Estado em seus corações e mentes, só resta falar em re-emergência da geopolítica (sic) e escolher o seu déspota preferido, tal qual qualquer jovem escolhe uma diva pop, com a vantagem de que este último ainda poderá dançar tal qual a luta de Ali, ao passo que o primeiro se afoga em seu

¹² Deleuze, G; Guattari, F. *O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 2010, p. 294.

excesso de razão que toma o Estado como categoria do entendimento.

“Flutue como uma borboleta, pique como uma abelha”.